

2004

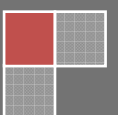
Uma Vida de Escolhas

Jornal "Publico", 22-01-2004

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2004



UMA VIDA DE ESCOLHAS.

(Jornal *Público*, 22.01.04)

Estamos em Portugal, uma república laica e democrática da U. E. que se pretende moderna e desenvolvida, o ano é 2004, século XXI, e as mulheres que recorrem ao aborto clandestino são consideradas criminosas. No referendo de 1998, e apesar de não ter sido vinculativo, o “Não” obteve a maioria e a situação não foi alterada; comprovam-no o julgamento da Maia e, agora, o julgamento de Aveiro.

No campo dos apoiantes da descriminalização surgiu uma divisão: entre os que acham que deve ser o parlamento a alterar a lei, por se tratar de uma questão de direitos não referendáveis, e os que agora promovem uma petição para um novo referendo. Se a primeira posição é válida, a segunda é uma estratégia mais eficaz para colocar a questão do aborto na agenda política, pressionando um parlamento que se recusa a legislar sobre o assunto.

Perante esta movimentação muitas têm sido as vozes contra a alteração da actual lei. Intitulam-se “pró-vida”, uma expressão que contém em si mesma a falácia e a injustiça de posições que prefiro apelidar de “anti-escolha”. Não perderei aqui tempo com gastos consensos mínimos – que “somos todos contra o aborto”, que “nenhuma mulher gosta de abortar” ou que “o problema deve ser resolvido com prevenção”. Assim se confunde o que não deve ser confundido: a divisão entre uma perspectiva de liberdade, direitos e autonomia das mulheres num estado democrático, e a perspectiva de um conservadorismo marcado por formas de repressão patriarcal. É tempo, isso sim, de enfrentar os argumentos anti-escolha.

Estes giram em torno da questão da “Vida”. Assim mesmo, com V grande. Desde logo, as posições pró-escolha não podem fugir a este assunto. Devem dizer claramente que “sim, um embrião e um feto são vida”. Só que são formas específicas de vida humana em potência, como o são os espermatozóides ou os óvulos. Se escolhida a continuação da gestação – assim como se pode escolher se se quer ou não reproduzir – a complexidade dessa forma de vida aumentará até ao nascimento, aumentando também a relação humana, que desembocará numa relação social, isto é, numa Pessoa – alguém em relação com outros, pronta para a aprendizagem e a vida em sociedade.

O argumento abstracto da “Vida” esquece que a vida nunca é abstracta. O que temos são vidas concretas. A começar pela vida concreta de uma mulher, em cujo corpo pode acontecer a gestação. A vida dessa mulher – que é uma pessoa e uma cidadã – antecede o acontecimento da reprodução no seu corpo. É por isto mesmo que organizações como os Católicos pela Livre Escolha estabelecem uma distinção entre o valor moral da mulher e o valor moral de um embrião ou feto nas primeiras semanas de desenvolvimento. Não reconhecer isto significa dizer que o útero (uma parte do corpo de uma pessoa) é propriedade pública.

O argumento da “Vida” tem uma clara origem – e colhe apoio – em sectores intimamente relacionados com algumas crenças e instituições religiosas, nomeadamente a Igreja Católica Apostólica Romana. Mas são estes sectores que, ultimamente, mais recorrem a argumentos – dispersos e escolhidos, é certo – oriundos das ciências biomédicas. Esgrimm argumentos sobre o momento do começo da vida, sobre o grau

de desenvolvimento de embriões e fetos, sobre a sua relação com os progenitores ou a possibilidade de serem alvo de actos médicos. Mas os defensores da liberdade de escolha deveriam muito claramente contestar esta intromissão: é que a ciência não é a base para a decisão e a gestão da sociedade; o contrato social não assenta no conhecimento científico. O tipo de autoridade oferecida aos cientistas (e que nem eles reclamam) é da ordem da demagogia: o médico e o cientista apresentados como na Idade Média se apresentaria a autoridade inquestionável dum sacerdote. Isto é mais grave em Portugal, dada a associação entre parte significativa da elite corporativa médica e a Igreja Católica.

No plano legal, os sectores anti-escolha pretendem avançar na direcção da definição de “direitos do embrião e do feto”, no que, a concretizar-se, seria algo que colidiria sempre com os direitos das Pessoas/mulheres. Seria um retrocesso na democracia tal como construída a custo no Ocidente Europeu – a não ser que velhas noções sobre a inferioridade e marginalidade das mulheres fossem retomadas. Mas o mais perturbador no caso português é a vontade de manter a lei tal qual está e remeter para os tribunais a ponderação de “circunstâncias atenuantes” (como a pobreza, razão pela qual tão pouco subscrevo os argumentos miserabilistas de algumas pessoas pró-escolha) para não penalizarem as mulheres. Propõem-se mesmo alternativas escandalosas e hipócritas: condenem-se médicos e parteiras. Isto é, condene-se quem (mesmo que para fins lucrativos) presta o serviço que o Estado se recusa a prestar com dignidade e segurança.

A natureza repressiva das posições anti-escolha (elaborada pelos mesmos que, no campo do económico, defendem a liberdade extrema) revela-se no argumento demagógico sobre como, desde 1998, teriam sido as suas associações a “apoiar as mulheres”. É preciso que se diga que esse apoio é unidireccional, pretendendo apenas levar gravidezes de adolescentes e mulheres pobres até ao fim. Mas que apoio dariam a uma mulher que lhes fosse pedir ajuda para fazer um aborto – em condições e, portanto, caro – em Espanha? E é falso que os apoiantes da livre escolha estejam de braços cruzados: por quem, se não por eles, tem sido conduzida a luta pela educação sexual e a contracepção (justamente o que permitiria diminuir a prática abortiva), de que a APF é um exemplo?

No movimento por um novo referendo exprimem-se múltiplas opiniões, de sectores católicos até sectores feministas libertários. O denominador comum é a descriminalização – o desejo de pôr fim à iniquidade que é um segmento da população (cidadãos livres com úteros e férteis) correr o risco de se sentar num tribunal e numa cela por causa das escolhas que fez em relação ao seu corpo e à sua reprodução. Dizem os anti-escolha que se o resultado em 1998 tivesse sido outro não estaríamos a pedir novo referendo. Pois não! É que enquanto certos direitos inalienáveis não estiverem garantidos, e a todos e todas forem impostas “opções” por quem as poderá sempre tomar (pois convém não esquecer que com a descriminalização ninguém seria obrigada a abortar, e o aborto só seria possível até às dez semanas) é imoral ficar de braços cruzados, recusando que a vida – a concreta – é feita de escolhas.